



**As potencialidades do estudo da História local em sala de aula: Análise de uma experiência no Colégio Estadual Professor Aristides de Souza Oliveira (São João do Cabrito; Plataforma; Salvador-Bahia)**

AÉCIO LESSA MACEDO\*

*Problematizando a História Local*

O ingresso no mestrado profissional em História (Profhistória), através da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), no ano de 2016 me fez emergir em reflexões que me levaram à transfiguração do olhar no entorno da sala de aula e da minha prática docente. Nesse artigo comunico os principais questionamentos relacionados ao ensino de história no âmbito da história local.

Poder vislumbrar a sala de aula como um objeto de pesquisa já desperta possibilidades de ação focadas na busca pelo ensino-aprendizagem e produção de conhecimento. Na esfera da criação e da reflexão o ensino de História toma outra conotação, uma vez que a postura crítica é indissociável ao processo educativo, sobretudo no âmbito da aprendizagem histórica.

Na função de professor de História faz-se impossível exigir uma postura crítica do estudante mediante a imposição de um currículo acrítico e conteúdos totalmente dissociados do lugar e da realidade em que vivem. Dessa maneira os conteúdos tradicionalmente trabalhados na disciplina História, a abordagem homogeneizante da grande maioria dos livros didáticos e, sobretudo, a hierarquia desses conteúdos precisam ser progressivamente desconstruídos e a sala de aula é um espaço privilegiado para a condução e desenvolvimento desse processo.

A escola que foi tomada como centro de reflexão para a construção desse trabalho foi o Colégio Estadual Professor Aristides de Souza Oliveira, localizado na comunidade do São João do Cabrito, no bairro de Plataforma, município de Salvador, no estado da Bahia. A escola, os estudantes e os territórios carregam suas especificidades, e ignorar essas diferenças é um caminho perigoso, uma vez que corrobora para a naturalização dos discursos de poder hegemônicos.

A História tem o poder de naturalizar ou desnaturalizar narrativas, uma vez que carrega em seu próprio discurso a intenção de verdade, que chegam à sala de aula cristalizadas. É no

---

\* Mestrando pela Universidade Estadual da Bahia (UNEB) no Mestrado Profissional em História (Profhistória). Bolsista CAPES.



ensino de história que essas verdades podem ser revisitadas e desconstruídas, sobretudo quando trazem a intenção de desvalorização de determinado grupo, cultura ou lugar, mediante discurso hierarquizado e estereotipado.

A problemática da “história local” se insere nesse contexto, a fim de desnaturalizar uma narrativa de “história nacional” que hierarquiza o conhecimento histórico em graus de relevância. Como acentua Durval Muniz de Albuquerque Júnior:

*“Há nesta divisão entre o nacional, o regional e o local o reconhecimento de uma derrota e de uma impossibilidade: a derrota das forças políticas e econômicas locais que assumem sua subalternidade e o reconhecimento da impossibilidade do historiador que moram nessas áreas de fazer história nacional ou apenas história, sem mais adjetivos, deixadas para quem seria de direito, aqueles historiadores que vivem no que seriam os centros de produção acadêmica e historiográfica”.*  
(ALBUQUERQUE, 2015. p.58)

Nessa perspectiva a história local é relegada à subalternidade, sendo silenciada no currículo tradicional e sufocada pela “história nacional”, que assume o status de prioritária, sobretudo em sala de aula, quando o tempo letivo e a “grade de conteúdos” exigem do professor uma seleção que venha a eleger o que é “mais importante” para ser trabalhado e o que pode ser sacrificado, ou simplesmente não contemplado no decorrer do percurso.

A concentração de conteúdos centrados na história europeia, evidenciados como a “História Geral” e a “História do Brasil”, vista na perspectiva de um estudo dos quadros políticos e econômicos do sudeste brasileiro representam verdadeira contradição, se considerarmos o público estudantil das escolas do subúrbio ferroviário de Salvador, Bahia, e de praticamente todas as regiões periféricas da cidade, onde as descendências africanas e indígenas se fazem evidentes nos fenótipos e traços culturais.

A principal crítica a esse modelo de ensino de história não é a de que esses conteúdos regulares não devem ser conhecidos, mas por que devem ser priorizados quando existem narrativas históricas mais próximas e mais significativas para o público estudantil do local? Ou ainda, porque temas como República “café-com-leite” ou feudalismo merecem ser contemplados nas aulas de História enquanto que a construção e organização histórica do próprio bairro simplesmente é relegada ao escanteio ou é simplesmente silenciada?

É nesse contexto que a problematização deve ser o centro do ensino de história, na medida em que a busca pela mudança da realidade social perpassa a desnaturalização dos



valores e discursos hegemônicos. O estudante do subúrbio ferroviário de Salvador precisa ter acesso à historicidade da região em que vive, e sobretudo aos tantos homens e mulheres que compõem e movimentam essa História, e ao problematizar as construções e os discursos de verdade que a História oficial sacraliza e reproduz certamente terá instrumentos para entender que a História está imbuída de intenção, o que perpassa as noções de local, regional e nacional.

*“Partindo do pressuposto de que não há territorialidade que não seja política, que não represente uma dada estabilização e cristalização momentânea de dada dominação econômica, política, cultural, simbólica, religiosa, creio que a tarefa do historiador, que quer efetivamente contribuir com a mudança da realidade social, é fazer a desconstrução, a desmontagem dessas espacialidades, mostrando o seu caráter histórico e político, devolvendo-as a seu momento de dispersão, levando-as a seu momento de instituição, de invenção. Penso que fazer história regional e local é fazer a história da invenção das regiões e do local em dado tempo, em dadas condições históricas”. (ALBUQUERQUE, 2015. p.55-56)*

Em meados do século XX, Marc Bloch propôs de forma muito coerente que a História é o estudo do homem no tempo (BLOCH, 2002). Essa perspectiva analítica ampliou consideravelmente as fronteiras epistemológicas da História, que deixava de ter a função de registrar o passado para contextualizar os homens em suas temporalidades, pois como evidenciado pelo autor ao citar um velho provérbio árabe, “os homens se parecem mais com sua época do que com seus pais” (BLOCH, 2002. p.7).

A função problematizadora da História está intrínseca à tal definição. A História é posta na função de compreender e não de julgar. No entanto, o ensino de História muitas vezes foge ou é condicionado a fugir dessa lógica analítica que problematiza os conceitos e evidencia os questionamentos, pois o saber historiográfico ainda é visto como uma produção puramente acadêmica que assume o status de verdade no contexto escolar.

Na função de professor de História, frequentemente sou questionado pelos estudantes sobre o porquê de se estudar história e a utilidade dos conteúdos trabalhados em sala, e as analogias que geralmente são utilizadas nesses questionamentos remetem a uma perspectiva de História como “a vida e o passado dos outros”. Se a História estuda o homem no tempo, de que homens e mulheres estamos falando? Certamente os estudantes do Colégio Estadual Professor Aristides de Souza Oliveira, que vivem e estudam no subúrbio ferroviário de Salvador não se sentem contemplados. Ao ouvir as narrativas do professor de História e ao ler o livro didático



esses estudantes não se enxergam como sujeitos ali representados, o que dá margem a outros questionamentos que também aparecem com frequência e beiram o seguinte problema: “Qual o objetivo de se estudar o passado dos outros países? Por que precisamos saber isso”? Certamente muitos professores de História em situação análoga à minha já se depararam com tais questionamentos.

O caminho com a História do local tende a aproximar esses estudantes com a História, enquanto disciplina escolar e enquanto conhecimento. José D'Assunção Barros enfatiza a definição de Marc Bloch e acrescenta outra categoria ao estudo histórico, o espaço:

*“Definir a história como o estudo do homem no tempo foi, portanto, um passo decisivo para a expansão dos domínios historiográficos. Contudo, a definição de História, no seu aspecto mais irredutível, deve incluir ainda uma outra coordenada para além do “homem” e do “tempo”. Na verdade, a História é o estudo do Homem no Tempo e no Espaço. As ações e transformações que afetam aquela vida humana que pode ser historicamente considerada dão-se em um espaço que muitas vezes é um espaço geográfico ou político, e que, sobretudo, sempre e necessariamente constitui-se-á em espaço social”.* (BARROS, 2007. p.96)

Tal como o tempo, o espaço também é essencial para contextualizar o estudo da História, e na lógica dessa reflexão o estudo da História do local acaba por contemplar as três coordenadas enumeradas, favorecendo a compreensão e enfatizando que a História só se compreende dentro desse contexto. A História local, portanto, está associada a um recorte espacial para a compreensão de um certo contexto histórico. Não se trata de uma historiografia menor, “pois afinal de contas todo e qualquer recorte espacial é um local” (ALBUQUERQUE, 2005. p.51).

Novamente insisto que todo conhecimento histórico é digno de ser conhecido e estudado pelos estudantes da educação básica, mas trata-se de inverter a lógica hegemônica no ensino de História, que silencia ou minimiza o estudo da História do local em detrimento de uma História Geral, que é sempre vista como mais importante. Quão mais distante o contexto histórico estudado está, mais próximo ele fica de uma abstração. Há, portanto, a necessidade de aproximar a História, enquanto disciplina escolar da realidade do estudante. A história deve considerar as comunidades nas quais esses sujeitos estão inseridos como ponto de partida para uma compreensão mais ampla da realidade. É nesse exercício que o ensino de História passa a fazer mais sentido, sobretudo porque aproxima a educação escolar da vida dos estudantes e dos



seus antepassados, fazendo-os perceber que todos os seres humanos em suas trajetórias e todos os espaços em suas configurações são objetos de estudo da História.

### *A História do bairro e suas potencialidades*

O bairro de Plataforma e as diversas comunidades que o circundam e o configuram apresentam possibilidades didáticas muito ricas. O ensino de História a partir do local é, portanto, privilegiado.

No século XVI a região que hoje corresponde ao bairro de Plataforma foi povoada por índios Tupinambás e configurou-se em um dos aldeamentos jesuíticos mais antigos do Brasil, o aldeamento do São João. O atual parque São Bartolomeu, patrimônio natural localizado no bairro, também foi espaço de convívio dos Tupinambás. “Em suas cartas, escritas no século XVI, o padre Manoel da Nóbrega relata a fundação de uma dessas aldeias, a Aldeia de São João Evangelista, nas cercanias do Parque de São Bartolomeu” (SERPA, 1996. p.168). A simples existência desses aldeamentos na região já traduzem a importância do local como centro do projeto colonizador português. Didaticamente, essas relações que envolvem europeus e Tupinambás no contexto espacial do bairro possibilitam informações valiosas para o ensino de História. Os territórios que, no passado abrigaram esses sujeitos fazem parte da rota que muitos dos estudantes trilham para chegar na escola. A presença indígena no bairro serve de ponto de partida para uma compreensão mais ampla sobre o projeto colonizador dos portugueses no Brasil e as tensões e convergências advindas dessas relações. A configuração dos aldeamentos pode ser pensada e problematizada, assim como os conceitos de “barbárie” e “aculturação”, que muitas vezes vem exposto no livro didático sem a devida reflexão.

O Parque São Bartolomeu é descrito como “Ponto de convergência de povos distintos como os índios Tupinambás e os escravos africanos da Nigéria, Benin, Angola e Congo” (SERPA, 1996. p.177). O território ainda hoje é símbolo do encontro das tradições indígenas e africanas, que são evidenciadas nas práticas religiosas. “Em muitos dos terreiros de candomblé, localizados nas cercanias do Parque, as divindades indígenas (caboclos) são cultuadas lado a lado com as africanas (orixás)”. (SERPA, 1996. p.177). O parque também foi centro da resistência africana, uma vez que abrigou o Quilombo dos Urubus, estabelecido na região em função da natureza favorável e boas possibilidades de proteção e sobrevivência. O caráter sagrado que ainda hoje é atribuído ao Parque São Bartolomeu tem raízes históricas. A natureza majestosa do lugar dá suporte às práticas ancestrais dos sujeitos que tem sua identidade



associada ao território e ao que ele representa. É comum ouvir dos estudantes que vivem nas adjacências do parque comentários depreciativos e preconceitos direcionados às práticas religiosas do Candomblé, que se associam ao espaço. É justamente em contextos assim que a História amplia as possibilidades de compreensão, fornecendo instrumentos para que esses sujeitos possam desnaturalizar os preconceitos construídos.

Muitas outras temáticas associam a História do bairro de Plataforma a processos históricos mais amplos. A invasão holandesa à cidade de Salvador tomou o bairro como porta de entrada em 1638, assim como o processo de independência do Brasil na Bahia que teve ligação direta com o local.

As potencialidades para o ensino de História a partir do bairro de Plataforma contam ainda com as possibilidades de reflexão acerca do patrimônio industrial e ferroviário, que marcou a história da industrialização e do trabalho operário no Brasil.

Comumente o processo de industrialização no Brasil é focado com maior grau de relevância, na perspectiva do ensino de História a partir da década de 1930 e centralizado no eixo sul-sudeste do território nacional. A industrialização no século XIX é descrita como um “surto industrial”, passageiro e, a depender da análise, insignificante. O livro didático muitas vezes corrobora com essa perspectiva na medida em que, ao resumir a História do Brasil acaba privilegiando contextos específicos e relegando outros processos igualmente importantes ao silêncio.

O olhar da História, quando direcionado ao bairro de Plataforma desmonta essa perspectiva. O bairro se configurou como tal em função do desenvolvimento industrial regional, que teve na instalação da fábrica têxtil São Brás seu principal expoente, chegando a ser considerada a “alma do bairro” (SERPA, 2001). “Quando se fala da industrialização no Brasil, pouca importância se dá ao fato de que os primeiros surtos mais expressivos desse processo tiveram, como palco, a Bahia.” (SARDENBERG, 1998. p.01).

A fábrica São Brás, “fundada em 1875 manteve-se em funcionamento por quase um século, operando sob o sistema ‘fábrica-vila operária’ e, ainda sob a égide do ‘paternalismo industrial’”. (SARDENBERG, 1998. p.03). O povoamento do bairro se deu, principalmente a partir da fábrica, que embora tenha fechado em 1959 ainda se faz viva na memória social de muitos moradores. As ruínas da fábrica ainda se encontram de pé, mas fora das zonas principais de acesso ao bairro. Hoje Plataforma é uma região densamente povoada e transpassada pela Avenida Afrânio Peixoto, popularmente conhecida como Avenida Suburbana, e ao menos que



se tenha certo conhecimento sobre a História do local, quem lá chega não consegue relacionar o bairro à vila operária ou à fábrica. O acesso ao bairro antes da construção da Avenida Suburbana se dava por trem ou barco, e permitia acesso direto à fábrica e à vila, que se encontram à margem do mar.

Nos entornos do bairro de Plataforma, o acesso às ruínas da fábrica, à vila operária e até mesmo à ferrovia se faz possível ao estudante que vive e conhece o local. O ensino de História a partir do específico tende a ter mais significância para o estudante, uma vez que o aproxima do objeto de estudo e o direciona para a superação progressiva de uma História abstrata e distante. A partir da Fábrica São Brás pode-se pensar o processo de industrialização brasileiro em todas as suas complexidades, sobretudo na perspectiva da organização das relações trabalhistas. Os moradores antigos do bairro são fontes vivas desse contexto e suas memórias acabam por se traduzir em valiosos instrumentos para a compreensão e problematização sobre a História do lugar.

O paternalismo industrial é associado à personalidade de Bernardo Martins Catharino, o Comendador Catharino. As memórias dos operários e operárias que trabalharam ou mantiveram relações com a fábrica, ou mesmo dos antigos moradores do local, frequentemente resgatam a perspectiva de um passado de bonança em que o trabalho e a sobrevivência se viam facilitados pela existência e funcionamento da fábrica.

*“Para muitos, aliás, a era do ‘Comendador Catharino’ foi a época de maior prosperidade no bairro, uma época em que ‘Plataforma tinha valor’. Como afirmou uma ex-operária: ‘Naquele tempo a companhia tinha consideração pelos trabalhadores e pelo bairro’. Além do mais, continuou ela, tinha trabalho prá todo mundo. A gente ia na fábrica, dava o nome e pronto. No outro dia tava trabalhando”.*  
(SARDENBERG. 1998:11)

Os próprios estudantes do Colégio Estadual Professor Aristides de Souza Oliveira são herdeiros dessas memórias que consagram o passado do local como positivo, seja pela questão do trabalho ou pelo resgate de um passado de lutas e conquistas. O bairro hoje é, quase sempre associado a estereótipos negativos, que o associam à violência, tráfico de drogas, poluição, dentre outros rótulos. Sem dúvidas o desemprego e a falta de oportunidades para os moradores no atual contexto favorecem a seleção das memórias.

A riqueza da História do lugar contrasta com os estereótipos que hoje o desqualificam. A escola é um espaço privilegiado na construção da consciência crítica desses tantos sujeitos



que vivem o bairro além da sala de aula. A memória é um palco de lutas e disputas de poder, e o estudo da História local muito tem a contribuir para uma compreensão mais ampla da realidade. A aprendizagem histórica se faz muito mais possível e a identificação norteia a construção do conhecimento. Até mesmo a compreensão dos conteúdos estabelecidos como regulares é favorecida a partir da relação com a História local, que serve como ponto de partida para analogias e contextualizações.

Mais ainda do que um compromisso didático que objetiva a aprendizagem do estudante, o ensino da História local é um diálogo direto com a História dos sujeitos que se relacionam com o lugar. É, portanto, necessária e perpassa o repensar da prática docente na perspectiva de garantir a cidadania e o direito à memória.

#### **REFERÊNCIAS:**

ALBUQUERQUE JR, Albuquerque Júnior; RAGO, Margareth. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Fundação Joaquim Nabuco, 1999.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *“Um quase objeto, algumas reflexões em torno da relação entre história e região”*. In: DE ANDRADE LEAL, Maria das Graças; FARIAS, Sara Oliveira (Org). **História Regional e Local III: reflexões e práticas nos campos da teoria, pesquisa e do ensino**. Salvador. EDUNEB, 2015.

BARROS, José Costa D.'Assunção. História, região e espacialidade. **Revista de História Regional**, v. 10, n. 1, 2007.

BLOCH, Marc. **Apologia da história: ou o ofício de historiador**. Zahar, 2002.

MOURA, Terciana Vidal. Memória de Plataforma: o resgate de histórias de bairro como mecanismo de inclusão, identidade e participação social. In: MENEZES, Jaci Maria Ferraz de (Org.). **Educação na Bahia – Coletânea de textos**. Projeto memória da educação na Bahia. Salvador: EDUNEB, 2001.

RICOEUR, Paul. "Tempo e Narrativa (Tomo I). Trad. Constança Marcondes César." (1994).

RICOEUR, Paul. "Tempo e Narrativa (Tomo III). Trad. Constança Marcondes César." (1994).





SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. "O Gênero da memória: lembranças de operários e lembranças de operárias." (1998).

SERPA, Ângelo (org). **Fala Periferia!** Uma reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano. Salvador: EDUFBA, 2001.

SERPA, Angelo. "Ponto convergente de utopias e culturas: o Parque de São Bartolomeu." *Tempo social* 8.2 (1996): 177-190.